

## A participação do jovem no contexto escolar: processos educativos e decisórios

Francisco Carlos Franco\*

### Resumo

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a participação do jovem no contexto escolar da educação básica como forma de propiciar aos jovens tempos e espaços para que participe de forma efetiva dos processos decisórios, de ações e projetos desenvolvidos na escola. Aborda a questão em três perspectivas: na dimensão do processo de ensino-aprendizagem; na valorização da cultura do jovem e de sua comunidade e nas instâncias decisórias institucionais. A educação do jovem, segundo esses referenciais, proporciona ao educando momentos de diálogo com o mundo, em um movimento de busca para desvelar a essência das coisas e os sentidos que elas suscitam, como também as perspectivas de mudança e da adequação do mundo à sua época, aos seus anseios, necessidades e desejos.

*Palavras-chave:* participação, juventude, educação escolar e democracia.

### Participation of youth in the school context: education and decision making processes

### Abstract

This article aims to reflect on the participation of youth in the school context of basic education as a way to provide young people time and space to participate effectively in decision-making processes, actions and projects developed in school. Addresses the issue from three perspectives: the size of the teaching-learning; the enhancement of youth culture and its community in decision-making and institutional. The education of the young, according to these references, the student provides moments of dialogue with the world in a movement that seeks to uncover the essence of things and the way that they raise, but prospects for change and the adequacy of their world time, their expectations, needs and desires.

*Keywords:* Participation, Youth, School Education and Democracy

### Introdução

*A democracia de amanhã prepara-se com a Democracia na escola. Um regime autoritário na Escola não pode formar cidadãos democratas.*

Célestin Freinet

Nos últimos anos temos presenciado uma crescente valorização da participação dos jovens por meio de ações desenvolvidas por instituições culturais, esportivas e educacionais, numa tentativa de propiciar ao jovem uma vivência democrática e uma formação para o pleno exercício da cidadania.

A palavra protagonismo é de origem grega, sendo que *protos* significa “o principal” e *agonista*, “o lutador”. No Dicionário Aurélio (ano) encontramos a seguinte definição: “Pessoa que desempenha ou ocupa o primeiro lugar de um acontecimento”. Quando nos reportamos ao protagonismo juvenil, este se refere à participação efetiva do jovem no meio social e cultural, vislumbrados em uma atitude cidadã que objetive transformar o potencial do jovem em habilidades, competências e capacidades, referências essas permeadas por valores inspirados pela construção de uma sociedade mais humana e solidária.

É importante destacar que o protagonismo juvenil, em nosso estudo, contempla o período dos doze aos dezoito anos de idade, sendo essa fase

correspondente à adolescência, que se caracteriza pela transição da infância para o estado adulto.

Becker (1986) destaca que a sociedade atual tem reprimido e manipulado os adolescentes, o que exige de todos, inclusive os profissionais da educação, uma mudança dessa postura frente ao jovem, sendo relevante perceber que:

*É na adolescência que começamos a escolher livremente. É um aprendizado que nunca termina, talvez porque escolher é uma das tarefas mais difíceis da vida. [...] O adolescente, frente às primeiras e inúmeras escolhas, muitas vezes sente-se confuso, angustiado. Mas poder escolher é um privilégio e deve ser exercido sempre que possível. [...] O mais importante é participar das escolhas, participar ativamente da vida, tanto como indivíduo quanto parte integrante da sociedade.* (Becker, 1986, p. 95)

Porém, percebemos que no contexto da educação formal, salvo algumas exceções, não há um trabalho voltado para o desenvolvimento de ações articuladas, planejadas e desenvolvidas pelos jovens em instituições escolares.

Assim, consideramos relevante repensar nos encaminhamentos e propostas desencadeadas

na escola e criar alternativas para que a participação do jovem seja uma realidade no contexto escolar, para que o aluno participe de forma efetiva dos processos decisórios e vivencie uma aprendizagem que lhe possibilite desvelar o mundo e a se constituir de forma integral.

Para isso, é preciso reconhecer os tempos e espaços possíveis para que a participação dos jovens se efetive e, entre as diversas possibilidades, destacamos três dimensões que acreditamos ter o potencial de desenvolver um processo participativo no contexto escolar:

- No processo de ensino-aprendizagem;
- Na valorização da cultura do jovem e de sua comunidade;
- Nas instâncias decisórias institucionais.

### **Os processos de ensino-aprendizagem e a participação do jovem**

Nas últimas décadas o processo educativo em muitas escolas que trabalham com os jovens tem se orientado pelo desenvolvimento de habilidades e competências, com vistas a atender ao modelo capitalista vigente e para a adaptação para um mundo em que as mudanças são rápidas e que se diluem com rapidez. Essa tendência impõe ao sistema educacional a formação das novas gerações pautada na superficialidade, na inconstância e na urgência, para a incorporação de novos modelos que vão se constituindo em nosso cotidiano.

As constantes mudanças que hoje vivenciamos, impregnadas por uma organização mundial globalizada, desafiam os jovens a se posicionar frente à realidade em um processo que “[...] pela primeira vez na história, constatamos que o ciclo de renovação do conhecimento é mais curto que o ciclo de vida das pessoas” (Carbonell, 2002, p.54).

Perante essa realidade, notamos que a formação meramente instrumental contagiou algumas das propostas mais recentes para a educação, processo esse que quase sempre vem acompanhado com o descuido com o conhecimento e as significações historicamente construídas, se orientado pelos processos de ensino-aprendizagem concebidos apenas pelas novidades e as exigências do mercado de trabalho e da manutenção do *status quo*. Desta maneira, a formação escolar negligencia o conhecimento e a tradição, pois:

*Com a perda da tradição perdemos o fio que nos guiou com segurança através dos vastos domínios do passado [...] não se pode negar que, sem uma tradição*

*firmente ancorada, toda a dimensão do passado foi posta também em perigo. Estamos ameaçados de esquecimento, e um tal olvido – pondo inteiramente de parte os conteúdos que se poderiam perder – significaria que, humanamente falando, nos teríamos privado de uma dimensão, a dimensão da profundidade da existência humana. Pois memória e profundidade são o mesmo, ou antes, a profundidade não pode ser alcançada pelo homem a não ser através da recordação.* (Arendt, 2004, p.130-131)

Entendemos que educar é proporcionar momentos de diálogo entre o humano e o mundo, permeado pelo conhecimento e os sentidos atribuídos em diferentes contextos e épocas e ao nosso modo de ser-no-mundo e ir além das aparências, em um movimento de busca para desvelar e revelar as coisas, suas essências e os sentidos que elas nos suscitam, como também as perspectivas de mudança e a adequação do mundo à nossa época, aos nossos anseios, desejos e necessidades.

Pensar a educação nessas diretrizes é transcender a mera formação técnica e contemplar o mundo como um universo de significações manifestas em fenômenos múltiplos e complexos, de forma crítica, sensível e criativa, visto que:

*Pensar acontece somente sobre aquilo que não foi pensado, pois o próprio mundo ao redor pode ser familiar, mas não pensado, uma vez que conhecer através de qualquer meio de informação ou de exposição jamais será pensar o mundo, mas recebê-lo pronto. O homem não precisa parar para dizer aquilo que deve e como deve ser feito, mas fazê-lo e realizá-lo, simplesmente. A escola precisa ocupar este espaço para que se tenham homens de ação, que sejam e que atuem sobre as coisas que aí estão* (Maciel, 1998, p.20).

Orientando-se nesses preceitos, defendemos uma educação escolar voltada para os jovens por meio de projetos didáticos, que permita ao educando contemplar o meio físico e social e desvelar suas grandezas, incoerências, contradições, misérias etc.

As ações educativas permeadas por projetos didáticos proporcionam aos alunos e aos professores a oportunidade de planejar, organizar, desenvolver e avaliar os processos de ensino e de aprendizagem em conjunto, com atividades mais dinâmicas e significativas e com a participação

efetiva do jovem, sendo esse co-responsável pelo seu desenvolvimento e pelo seu aprendizado, pois:

O aluno aprende quando se torna sujeito de sua aprendizagem. E, para se tornar sujeito de sua aprendizagem, ele precisa participar das decisões que dizem respeito ao projeto da escola, projeto esse inserido no projeto de vida do próprio aluno. Não há educação e aprendizagem sem sujeito da educação e da aprendizagem. A participação pertence à própria natureza do ato pedagógico. (Antunes, 2002, p. 138)

Desta maneira, o trabalho com projetos didáticos sinaliza como uma forma de incentivar a participação do jovem no processo educacional, uma vez que, segundo Ludke (2003, p. 68-75), essa perspectiva favorece o processo educacional por:

- Romper com o esquema tradicional do currículo escolar;
- Propiciar a participação dos alunos e superar o modelo tradicional;
- Incentivar a construção do conhecimento por intermédio da investigação;
- Articular ações entre o trabalho individual e o coletivo e valorizar atitudes e comportamentos sociais etc.

Nesse contexto o papel do professor é essencial, pois segundo Arendt (2006) ele é um dos responsáveis por introduzir o aluno no mundo. Assim, o professor se apresenta como representante de um mundo pelo qual o jovem terá que futuramente assumir a responsabilidade, sendo que:

*A qualificação do professor consiste em conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros acerca deste, porém sua autoridade se assenta na responsabilidade que assume por este mundo. Face à criança, é como se ele fosse um representante de todos os habitantes adultos, apontando os detalhes e dizendo: Isso é o nosso mundo (Arendt, 2006, p.239)*

Cuidar e zelar pelo conhecimento e cuidar e zelar pelo desenvolvimento do aluno são dimensões que estão intrinsecamente ligadas, sendo o professor o mediador que provocará o aluno a pensar sobre si, sobre os outros e sobre o mundo, de forma integrada, por meio de projetos que busquem o sentido nas relações e significações das coisas do mundo e a forma como elas se articulam. Tais referências auxiliam o

jovem a se posicionar e criar novas proposituras frente ao mundo vivido, que a ele se apresenta e que precisa ser desvelado, e sensível às vigências e urgências de seu tempo.

Uma educação que proporcione às crianças e aos jovens um processo de ensino-aprendizagem e que entenda que:

*O conhecimento serve primeiramente para nos auto-conhecer e a todas as circunstâncias e a conhecer o mundo. Serve para adquirirmos habilidades e competências do mundo do trabalho, serve para tomar parte das decisões da vida em geral, social, política e econômica. Serve para compreender o passado e projetar o futuro. Serve para nos comunicar, para comunicar o que conhecemos, para conhecer melhor o que já conhecemos e para continuar aprendendo (GADOTTI, 2007, p. 69).*

Para efetivar um processo educativo nessa perspectiva é preciso que a escola se organize para tal. A mudança nos processos de ensino-aprendizagem por meio de projetos e da participação das crianças e jovens em sua construção exige uma mudança de postura dos professores, da equipe diretiva, dos funcionários da escola, dos familiares/ responsáveis dos alunos, pois requer uma nova estrutura física, material e de um acompanhamento pedagógico diferenciado.

Nesse sentido, é importante considerar que o projeto político-pedagógico da escola, que é a referência para o trabalho educativo que a unidade escolar desenvolve, contemple, além dos conhecimentos relevantes e próprios de sua tarefa educativa, as reais necessidades das crianças e dos jovens, para que possibilite uma intervenção educacional de sucesso e significativa. Desta maneira, é de fundamental importância que a comunidade escolar e local conheça a função do projeto e os preceitos que o constituem, para que possam participar efetivamente de sua construção implantação, desenvolvimento e avaliação, tendo a participação das crianças e dos jovens em todo o processo.

Assim, os projetos de trabalhos associados ao projeto político-pedagógico da escola, além de articular o jovem para a construção de sua autonomia e potencializar a ampliação das fontes de informações para uma aprendizagem produtora de sentido, proporciona ao educando o acesso à diversidade de culturas presentes no meio social e da própria cultura do jovem.

### **A valorização da cultura do jovem e de sua comunidade**

A cultura do jovem e de sua comunidade também é uma dimensão que merece atenção na perspectiva do desenvolvimento do protagonismo infanto-juvenil na escola, pois em muitos momentos os alunos não se sentem presentes no mundo que a escola lhes apresenta, pois ao contemplar apenas a cultura erudita, aspecto importante e imprescindível, a escola desconsidera outras formas de conceber e significar o mundo.

As manifestações culturais das crianças e dos jovens raramente são valorizadas na escola e, quando ocorrem, não raro, se apresentam como uma simples concessão de espaço. Geralmente esses momentos são concebidos como atitudes e gostos pitorescos, ou então como provocações, coisas da idade que com o tempo tendem a desaparecer, entre outras percepções.

Essas posturas dos adultos (professores, coordenadores pedagógicos, diretores de escola) que atuam no contexto escolar desconsideram que:

*Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, o seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos “conhecimentos de experiências feitas” com que chegam na escola. O respeito devido à dignidade do educando não permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ele traz consigo para a escola. (Freire, 1997, p.64)*

O respeito ao jovem se dá também por meio da valorização de sua cultura, que tem códigos próprios, manifestos pela forma de se vestir, de se expressar, pelas músicas que ouve, ou seja, por uma gama de representações que evidenciam sua leitura de mundo, o seu ser-no-mundo, por meio de seus posicionamentos frente à realidade social que vivenciam.

Nessa perspectiva, defendemos que as manifestações culturais dos jovens e de sua comunidade sejam acolhidas no âmbito escolar por meio de ações articuladas pelas suas representações, uma vez que:

*O respeito a toda diversidade presente na cultura do jovem e da comunidade em que está inserido significa, antes de tudo, respeitá-lo como cidadão em seu direito à participação e interferência na organização social, democratizando o*

*espaço da escola para as manifestações culturais locais estejam presentes, valorizando as pessoas e suas experiências e vivências. (Franco, 2006, p. 67).*

Desta maneira, consideramos relevante que a cultura erudita e a cultura dos alunos sejam contempladas de forma integrada na escola nos espaços em que o processo de ensino-aprendizagem se desenvolve em conjunto com o desenvolvimento atividades em que as crianças, os jovens e a comunidade local e escolar possam participar como protagonistas, o que pode ocorrer por meio de mostras de artes visuais e de artesanato, de shows de música, mostras de teatro, entre outros, com a participação dos alunos em todo o processo, desde o planejamento até a avaliação das ações desenvolvidas.

Procedimentos desta natureza aproximam a comunidade da escola, porém de uma maneira diferente da qual costumamos observar, ou seja, os alunos, os pais/responsáveis e demais pessoas do bairro se articulam para serem produtores culturais e não apenas como simples receptores de cultura.

Na articulação de várias possibilidades de participação apresentadas neste capítulo, entre outras possíveis, é que poderemos incentivar os alunos a aprender a participar participando (Freire, 1997), uma das perspectivas para a concretização de uma educação cidadã de nossas crianças e jovens.

### **A participação do jovem e as instâncias decisórias institucionais.**

A escola, de acordo com a sua realidade, pode ajudar os estudantes na organização das assembleias, tendo como apoio, quando necessário, o Professor Coordenador de Turma. A participação do adulto nesse contexto é apenas no sentido de mediar o debate e auxiliar as crianças ou jovens no processo democrático, que também carece de aprendizado.

Quando a sala ou grupo de jovens já tiverem um grau de autonomia que garanta a sua articulação e independência na realização de assembleias e de ações, o ideal é que os adultos se afastem, para que o grupo possa atingir patamares ainda mais evoluídos na organização de sua participação, uma vez que:

*Os jovens enfrentam muitas situações pela primeira vez. O adulto já passou por experiências semelhantes e muitas vezes têm consciência de elementos que escapam à compreensão de uma geração mais nova.*

[...] *É normal que os jovens passem por instabilidade emocional nessa etapa da vida. Nesses casos, os adultos servirão como elementos estabilizadores. Os educadores é que garantem a continuidade na trabalho de formação, fazendo com que seja aproveitada toda a experiência acumulada, na medida em que vão se revezando as várias gerações de jovens. Os protagonistas são os jovens, é claro. Mas os educadores funcionam como parteiras que, com sua experiência e conhecimento teórico, facilitam o nascimento do novo.* (Boran, 1994, p. 31)

Segundo Costa (2006), a participação do jovem está sempre relacionada à postura e atuação assumidas pelos adultos, em nosso caso, dos professores, diretores de escola, coordenadores pedagógicos etc, que podem facilitar ou dificultar o processo. Em alguns momentos e espaços, as propostas e atitudes dos adultos no contexto da escola apenas proporcionam espaços que, de forma velada, sejam desenvolvidas atividades que revelam uma pseudo participação do jovem. Como exemplos desse tipo de participação, temos:

*Participação manipulada – os adultos determinam e controlam o que os jovens deverão fazer numa determinada situação.*

*Participação decorativa – os jovens apenas marcam presença em uma ação, sem influir no seu curso e sem transmitir qualquer mensagem especial aos adultos.*

*Participação simbólica – a presença dos jovens em uma atividade ou evento serve apenas para mostrar e lembrar aos adultos que eles existem e que são considerados importantes. A participação é, ela mesma, uma mensagem* (Costa, 2006, p.181).

O que se espera é que o jovem vá gradativamente construindo sua autonomia e que sua participação atinja patamares elevados, desde a decisão de se fazer algo ou não alguma coisa, até o planejamento, a execução e avaliação de uma ação (Costa, 2006).

Assim sendo, entendemos que a participação dos alunos nos processos avaliativos e decisórios nos diversos colegiados da escola, como no Conselho de Classe, Série ou Ciclo, ou no Conselho de Escola, entre outros, é um excelente aprendizado de participação democrática que, por meio de vivências concretas tende a transcender o espaço escolar, com reflexos no meio social em que o aluno está inserido.

Uma das estratégias para se concretizar o processo participativo das crianças e dos jovens no contexto escolar é o desenvolvimento de assembleias setoriais que, segundo Puig (2002, p.28), ajudam os educandos em muitos aspectos, entre as quais destacamos:

- O reconhecimento da coletividade e o sentimento de pertencimento no grupo em que estão imersos;
- A construção da autonomia, que impulsiona o jovem a estabelecer critérios e posicionamentos pessoais, coletivos e de intervenção na instituição;
- A capacidade de construir normas para otimizar a convivência;
- A capacidade de dialogar de forma democrática e a predisposição de nortear as suas ações pautadas em valores como solidariedade, cooperação, tolerância, entre outros.

Segundo Araújo (2004), as assembleias escolares podem ser organizadas, em três níveis: nas salas de aula, na escola e para os professores que atuam na escola. Em nosso estudo estaremos destacando o potencial participativo dos alunos nas assembleias realizadas no âmbito da sala de aula e nos espaços destinados à participação de vários segmentos, como o Conselho de Escola, por exemplo.

As assembleias de classe têm como foco questões que se reportam às temáticas específicas da sala de aula que tem como objetivo proporcionar aos alunos momentos para avaliar o processo de ensino-aprendizagem como um todo, com vistas a preparar a reflexão para a participação dos representantes no Conselho de Classe, Série ou Ciclo, ou então para refletir sobre dos anseios e necessidades dos alunos frente à organização da escola, dos tempos e espaços destinados ao desenvolvimento de atividades culturais, esportivas etc., que servirão como elementos para a participação de reuniões do Conselho de Escola, entre outras possibilidades.

Nesse contexto, as assembleias do estudantes são os espaços para que as questões levantadas são debatidas de forma intensa, o que favorece o levantamento dos pontos valorosos para o grupo que será apresentado em outros contextos.

Araújo (2004) considera que as assembleias de classe também podem ter seu encaminhamento em outras proposituras, como questões afetivas e de convivência, sendo que, nessa perspectiva “Seu objetivo é regular a convivência e regulamentar a convivência e as relações interpessoais no âmbito

de cada classe e [...] serve como espaço de diálogo na resolução de conflitos cotidianos” (Araújo, 2004, p. 31).

As vivências em diversos espaços, como em reuniões institucionais e nas assembléias de classe, entre outros, proporcionam aos jovens experiências democráticas no âmbito escolar de forma autêntica, que favorece o “[...] ganho de autonomia, autoconfiança e autodeterminação numa fase da vida em que ele se procura e se experimenta, empenhado que está na construção de sua identidade pessoal e social e no seu projeto de vida” (Costa, 1999, p.180)

Porém, como destacamos anteriormente (Franco, 2006), o trabalho de incentivar a participação e o desenvolvimento da autonomia dos alunos carece de acompanhamento do adulto, visto que:

*[...] é um processo que necessita paciência, pois os jovens podem cometer equívocos, precipitações etc., que devem ser acolhidos, pensados, avaliados e redimensionados, afim de que os educadores e os educandos em conjunto busquem soluções para superar as dificuldades e/ou entraves que se apresentam. Deixar os jovens sozinhos, principalmente os que não desenvolveram sua autonomia, é abandono, pior ainda, é expô-los a situações de fracasso que os desmotivam em suas empreitadas* (Franco, 2006, p. 70-71).

Um dos canais para que as crianças e jovens possam gradativamente construindo uma autonomia responsável é o fortalecimento dos órgãos representativos dos discentes, que são os Grêmios Estudantis.

### **O Grêmio Estudantil**

O Grêmio Estudantil é o espaço coletivo, social e político, que possibilita a participação dos alunos, rompendo com as relações hierarquizadas de poder no contexto escolar, estreitando a relação entre os alunos entre si, entre os alunos e os professores e membros da equipe diretiva.

É a via institucionalizada para que os discentes tenham espaço para explicar e debater suas inquietações e necessidades e para encaminhar suas propostas e reivindicações junto à equipe diretiva da escola. Nesse sentido, é relevante pensar que:

*O Grêmio organiza-se, com mais facilidade, quando a escola encontra-se num momento de gestão*

*democrática, em que a correlação de forças é menos desigual e tem vínculos firmes com a comunidade e com outras instituições. Quando o processo de eleição dos representantes acontece naturalmente, sem a interferência de outros segmentos, notamos maior facilidade na ação dos grêmios uma vez que as lideranças surgidas nas turmas favorecem essa situação* (Gracio e Aguiar, 2005, p. 81).

O Grêmio organiza-se por intermédio da aglutinação dos alunos com interesses comuns, que montam uma chapa composta por representantes de várias séries e períodos para elaborar a sua proposta de gestão e apresentar aos seus pares no processo eleitoral, que acontece em muitos sistemas de ensino, de dois em dois anos.

Os componentes do Grêmio Estudantil geralmente podem contar com o Conselho de Representantes, composto pelas representações das salas de aula para auxiliar nas reuniões, na tomada de decisões e na articulação dos demais alunos para o desenvolvimento das ações. Desta maneira, por meio de assembléias das salas, e posterior participação dos representantes nos encontros do Grêmio, garante-se o envolvimento de grande parte dos estudantes. Entretanto, notamos que em algumas conjunturas:

*[...] os alunos, ao elegerem os representantes, simplesmente delegam-lhes o poder de resolver todos os problemas da turma, recusando-se a participar de novas discussões. É comum ouvirmos dos representantes queixas sobre a dificuldade em dialogar com seus colegas após as eleições* (Gracio e Aguiar, 2005, p. 80).

Esse comportamento reflete o contexto social em que a escola está inserida e no modelo de democracia representativa que vivenciamos no processo eleitoral em nosso país. O desafio é passarmos de uma atitude contemplativa, que normalmente boa parte da população adota após a escolha de seus representantes, para um modelo democrático participativo, que entende que o processo participativo não se encerra depois do voto.

Caso os alunos da escola tenham atitudes de afastamento do Grêmio Estudantil após o pleito, cabe aos alunos mais participativos, professores e equipe diretiva propor um amplo debate sobre questões relativas à participação, à democracia etc.

Esse é um importante exercício de educação cidadã, que pode desencadear uma participação mais efetiva dos alunos nos rumos da escola e das proposituras do Grêmio Estudantil e articular ações e desenvolver projetos com atividades esportivas, culturais e de problemas relacionados à gestão da unidade escolar.

Assim, as ações e projetos desencadeados pelo processo participativo dos estudantes liderados e organizados pelo Grêmio Estudantil se apresentam como um meio para que sua cultura esteja presente no espaço escolar.

### Considerações finais

O desenvolvimento da autonomia do educando por meio de ações e projetos desencadeados pela participação efetiva das crianças e dos jovens no contexto escolar, requer de todos os envolvidos no processo, pais, educadores, equipe diretiva da escola etc., uma postura de abertura e de valorização da cultura do jovem, de suas expectativas, anseios, desejos e necessidades.

A busca de tempos e espaços para que a participação do jovem nos processos educativos e decisórios no contexto escolar pode se efetivar em várias dimensões, desde os processos educativos vivenciados em sala de aula, como no planejamento e desenvolvimento de ações de cunho cultural, esportivo, etc., ou em outras perspectivas que se apresentem relevantes e que atendam às especificidades da unidade escolar.

Pensar na educação dos jovens nesta perspectiva revela o compromisso com uma formação integral dos educandos não se resume apenas em disponibilizar o conhecimento e prepará-lo para o mercado de trabalho, uma vez que são as atitudes, comportamentos e valores inspirados em uma sociedade democrática que proporcionarão aos jovens elementos para atuar no mundo de forma mais justa e solidária, o que compreende, entre outras possibilidades, em valorizar sua participação, por meio de experiências significativas, que o prepare para o exercício da cidadania de forma responsável e dinâmica.

### Referências

- ANTUNES, Ângela. *Aceita um conselho?* São Paulo: Cortez/ IPF, 2002. 224p.
- ARAÚJO, Ulisses F. *Assembléia escolar: um caminho para a resolução de conflitos.* São Paulo: Moderna, 2004. 159p.
- ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro.* São Paulo: Perspectiva, 2004. 348p.
- BECKER, Daniel. *O que é adolescência.* São Paulo: Brasiliense, 1986. 98 p.
- BORAN, Jorge. *O futuro tem nome: juventude.* São Paulo: Paulinas, 1994. 92p.
- CARBONELL, Jaume. *A aventura de inovar: a mudança na escola.* Porto Alegre: Artmed, 2002. 120p.
- COSTA, Antonio C. G. da. *A presença da pedagogia.* São Paulo: Global/ Instituto Ayrton Senna, 1999. 202p.
- \_\_\_\_\_. *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e democracia.* São Paulo: FTD, 2006. 343 p.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia.* 28ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 148 p.
- FRANCO, Francisco C. O protagonismo juvenil e a coordenação pedagógica.. In: RAMALHO, L. A. & PLACCO, V. M. S. N. (orgs) *O coordenador pedagógico e as questões da contemporaneidade.* São Paulo: Loyola, 2006. p.61-80.
- GADOTTI, Moacir. *A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar.* São Paulo: Publisher, 2007. 112 p.
- GRACIO, Juçara D. A. e AGUIAR, Regina C. F. Grêmio estudantil: construindo novas relações. In:
- BASTOS, J. B. *Gestão democrática.* Rio de Janeiro: DP&A. 71-82.
- LUDKE, Menga. O trabalho com projetos e a avaliação na educação básica. In: HOFFMANN, J. *Práticas avaliativas e aprendizagem significativa.* Porto Alegre: Mediação, 2003. 107 p.
- MACIEL, Lizete S. B. *Uma concepção fenomenológica de educação.* UNICIÊNCIA, Anápolis, v. 5, PP. 17-21, 1998.
- PUIG, J. M. As assembléias de sala de aula ou como fazer as coisas com palavras. In: ARGÜIS, R. et al. *Tutoria: com a palavra o aluno.* Porto Alegre: Artmed, 2002. p.27-38.

VASCONCELLOS, Celso dos S. *Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança*. São Paulo: Libertad, 2005. 7ª ed. 112 p.

**Sobre o autor**

**Francisco Carlos Franco:** Doutor em Educação na área de Psicologia da Educação, Professor do Programa de Mestrado em Semiótica, Tecnologias da Informação e Educação. Universidade Braz Cubas.